

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E MOVIMENTO POPULAR

Cláudio Perani

(Publicado originalmente nos *Cadernos do CEAS* n.º 75, set.-out. 1981)

INTRODUÇÃO

"O favelado é visto como marginal, mas não é. Nós somos marginalizados. A gente constrói, a cidade com o suor do nosso trabalho e quanto mais constrói, mais é jogado para longe dela". Nestas palavras de um favelado da periferia de São Paulo está o nosso tema. Queremos apresentar o dinamismo das massas urbanas das grandes cidades do Brasil e, relacionada com isso, a presença e contribuição das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Nossa perspectiva procura ser a do favelado que tem consciência de sua força como construtor da cidade e, no mesmo tempo, tem consciência de sua exploração e marginalização.

A cidade deveria ser o lugar da liberdade, da autonomia, do respeito dos direitos humanos, o lugar onde se encontram maiores recursos, maiores serviços, sobretudo se considerada em oposição ao campo onde, ainda hoje, o coronel ou as grandes empresas sucessoras do coronelismo mandam e mantêm uma situação de quase-escravidão. De fato, o homem do campo vai à cidade obrigado pela expulsão de sua terra mas, também, pelo desejo de maior autonomia e maiores serviços.

A realidade é bem diferente. Sem negarmos as vantagens que a cidade pode oferecer, ela de fato para a maioria de seus habitantes se apresenta como lugar da grande exploração, da violência, da insegurança, da falta dos direitos mais elementares.

É nesse contexto que pretendemos dizer algo sobre os MOVIMENTOS POPULARES considerados como **o esforço do povo para conquistar seu lugar na cidade, sua cidadania**.

O tema é amplo e complexo. Vamos limitá-lo considerando somente os movimentos de bairro (ligados ao consumo, à reprodução) e deixando de considerar o movimento operário (ligado à produção) e outros movimentos urbanos como os das mulheres e dos negros. Além disso, a introdução sobre Movimento Popular é mais para poder enquadrar a problemática das CEBs, mais considerada nesse estudo.

O TERRENO DA LUTA

É a cidade latino-americana. Surgiu rapidamente nas últimas décadas, com uma inchação tremenda, abrigando uma enorme população diversificada e provocando grandes desequilíbrios. Uma situação de caos que significa, porém, uma "racionalidade" imposta pelo **capitalismo monopolista e dependente**, engendrando contradições na dialética cidade-campo, encontrando neste último uma estrutura agrária onde domina o **latifúndio**. O Estado, monopolizado pelos interesses das classes dominantes, não visa nem pode atender às reivindicações da maioria da população. Daí o surgir dos conflitos: os movimentos sociais urbanos são expressões da massa que reivindica, envolvendo o Estado, melhores serviços e condições de, vida, através de invasões, depredações de ônibus e trens, passeatas, abaixo-assinados...

Isso não é novidade, sempre se deu desde a época da industrialização. Podemos lembrar o movimento dos favelados no Rio, o surgimento das Sociedades de Bairro em S. Paulo, as invasões em Salvador que datam de 1940.

Parece que hoje, pela intensificação da urbanização e pela super exploração do capitalismo

selva.sem, as contradições se agudizam. José Álvaro Moisés, na última reunião da SBPC em 1981, dava três exemplos para demonstrar o aumento da exploração urbana: os quebra-quebra de trens e ônibus que continuam; o caso de uma fábrica onde, depois da demissão de 20% dos operários, aumentaram a produção e os incidentes de trabalho; o aumento da violência urbana e da repressão policial: em S. Paulo a Rota mata em média 1 pessoa cada 2 dias.

Nessa situação, a cidade hoje torna-se o lugar privilegiado da luta política. O próprio Estado reconhece isso quando planeja em termos de Regiões Metropolitanas e quando mostra as preocupações que o levam a intervir nas cidades através de vários projetos sociais que não conseguem ocultar sua finalidade de controle.

As reivindicações são as mais variadas. Em primeiro lugar, por habitação, isto é, por um **espaço**, um lugar onde poder morar; as desapropriações e a impossibilidade de pagar aluguel multiplicam as invasões em todas as cidades. Em segundo lugar, por serviços coletivos: transporte de massa, postos de saúde, escolas, água, luz, esgoto, pavimentação, lazer...

O movimento popular não deve sua existência ao poder de mobilização de lideranças institucionais (de governo, de partido, de igreja...), mas à necessidade de sobrevivência. É o clima de carência e de violência generalizadas que leva o povo a reagir. Trata-se, em primeiro lugar, de uma resistência elementar, instintiva, de auto conservação. Mas corresponde a mecanismos - por nós habitualmente desconhecidos - atuantes nos bastidores e que levam à luta pela casa, contra a carestia (bem antes de se organizar em movimento); pela saúde, numa palavra, para ter um espaço mais próprio.

O povo resiste à violência, contornando-a ou gerando sempre novas formas de resistência que superam os vários projetos desse governo. Em Salvador, a proibição de construir palafitas na tradicional área dos Alagados, levou o povo a se espalhar mais pelo interior da baía expandindo muito mais a área dos alagados, obrigado pela violência da situação.

Há vários caminhos e vários níveis de resistência: desde o favor calculadamente trocado ou pedido ao vereador do PDS até a passeata pelas ruas da cidade enfrentando polícia e autoridades; desde os encontros de lazer ou religiosos onde o povo expressa seu pensamento mais simbolicamente, até as reuniões mais decisórias em vista de determinadas ações. Todos esses níveis revelam uma consciência e uma prática - mesmo que diversificadas - bastante independentes e autônomas, próprias das classes populares.

Tais movimentos são chamados por nós movimentos "espontâneos". Isso pode estar certo no sentido de oposição a movimentos mais conscientes e mais organizados segundo formas por nós conhecidas, mas não no sentido de não exigirem uma certa consciência e elementos de organização, pois são resposta a uma violência comandada que tem sua unidade e racionalidade. Nem tampouco no sentido de não serem eficazes de nenhuma maneira. O mesmo José Álvaro Moisés, analisando os "quebra-quebra" de trens no Rio, reconhece que esses movimentos mobilizam o Estado que é obrigado a reprimir e são experiência que revelam a natureza do Estado e nas quais o povo manifesta sua potencialidade, além de revelar organização e objetivos.

Permanece, evidentemente, o problema do crescimento do poder do povo, de uma ulterior orientação e organização, que desde já podemos considerar indispensáveis na medida em que se inserem e assumem essa resistência fundamental.

A ORGANIZAÇÃO POPULAR

Sempre se coloca o problema de uma organização mais estruturada, no sentido de expressar um

poder maior: o protesto simbólico deve encontrar o caminho da eficácia, as resistências circunstanciais exigem continuidade, as pequenas lutas iniciais se ampliam, noutras palavras, a politização da luta avança e deve avançar pois a meta é uma mudança geral da atual estrutura da cidade.

As organizações do povo, ou com o povo, sempre existiram. O problema é saber a redor de que interesses. Para favorecer a massa ou para beneficiar uma elite com conseqüente marginalização da maioria? Há organizações manipuladas, ou não, por elites: escolas de samba, blocos carnavalescos, clubes de futebol, cooperativas para diferentes serviços, associações de bairro, comunidades de igrejas, de candomblé, manifestações religiosas... Muitas vezes são instrumentalizadas para servir interesses não populares; outras vezes são mais espaço do povo; sempre o povo procura utilizá-las em seu interesse.

Nesses últimos anos multiplicaram-se as organizações que nasceram, ou renasceram, a partir ou relacionadas com este grande movimento de resistência: são grupos de jovens, clubes de mães, grupos de moradores, associações, comunidades de igreja, núcleos partidários" deixando de fora os sindicatos, suas federações, esboços de centrais ,etc. Há um florescer de iniciativas no setor popular que nos leva a reconhecer o surgimento de uma renovação política popular.

Também existe o esforço para sair do isolamento e do bairrismo: procura-se trocar experiências, somar os esforços, articular a nível de cidade, a nível nacional, a nível de movimentos. Surgem os movimentos contra a carestia, o movimento dos favelados, as federações de associações de bairro...

Para toda essa mobilização, houve influência de outras pessoas e instituições; estudantes, associações de profissionais, MDB (hoje PMDB, PDT e PT), grupos de esquerda, igrejas...

A influência da igreja, por muitos, é considerada como influência determinante . Teve e tem certamente um papel importante, mas seria exagero - sobretudo para certos lugares - dar a primazia à igreja. O quadro esboçado - ainda que brevemente - do movimento popular urbano é importante para poder situar a contribuição das CEBs no seu verdadeiro contexto, evitando o risco de uma interpretação fechada no âmbito eclesial.

AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

"Que o povo veja com os próprios olhos, pense com a própria cabeça, fale com a própria boca, ande com os próprios pés". É uma definição da CEB formulada por um seu membro de Pernambuco, definição bastante genérica e aplicável a várias outras organizações populares, mas definição existencial e, sobretudo, significativa de uma orientação ideal: a perspectiva de autonomia, de participação, de responsabilidade do povo, de libertação.

É arriscado tentar uma apresentação das CEBs, considerando a grande variedade e complexidade. Nos limitamos a uma breve caracterização para depois apresentar uns desafios atuais.

A igreja, sempre, atuou nas periferias urbanas, tradicionalmente, através das paróquias que têm uma estrutura territorial e significam a transferência do modelo rural para a cidade. Pela recente iniciativa de renovação a igreja começou a atuar através de outros modelos de pastoral, como, por exemplo, os grupos de evangelização, os círculos bíblicos a pastoral operária, a pastoral dos direitos humanos, as comissões de justiça e paz e, sobretudo, através das Comunidades Eclesiais de Base.

As CEBs nasceram na década de 60, no meio rural, e aí se desenvolveram mais, favorecidas certamente pela estrutura povoado/capela já existente. Em seguida passaram para a cidade onde

encontraram maiores dificuldades e se instalaram mais nas periferias urbanas, talvez ajudadas pelo esquema territorial do lugar de moradia e pela experiência rural de muitos imigrantes.

As CEBs são uma entidade religiosa que surge dentro de uma dupla dinâmica: - a massificação, dispersão e incomunicabilidade da cidade e sua situação de lugar de exploração, favorecendo a formação e o crescimento de pequenos grupos de ajuda mútua; - a perspectiva de renovação da igreja a partir de uma maior fidelidade ao evangelho com sua dimensão de opção pelos pobres e de vida comunitária.

Podemos reconhecer 4 etapas na história recente das CEBs, não necessariamente cronológicas.

1. Encontro religioso, de pequenos grupos, favorecendo o diálogo entre os participantes e o contato direto com a Bíblia. Geralmente são grupos de bairro ou de rua, que se reúnem na ocasião de novenas e festas ou mais regularmente cada mês ou cada semana. Prevaecem entre seus membros as mulheres e os jovens.

2. Abertura para a problemática social do bairro. Procurando concretizar a página do evangelho e relacionando a fé com a vida, além dos problemas pessoais, são considerados os problemas do bairro e do trabalho, encaminhando algumas ações concretas, tentando solucionar principalmente a nível de bairro. Percebe-se a necessidade de fazer algo, antes ainda de ter uma visão mais crítica da realidade.

3. Aprofundamento das causas da situação, reconhecida como situação de opressão, **e dos meios** para solucionar. Supera-se uma visão mais assistencialista-promocional para uma visão que tende à reivindicação-mobilização, participando mais de perto do movimento popular. Nessa etapa colaboram outros agentes (estudantes, profissionais...) e a CEB abre-se para outras entidades, procurando colaborar. São valorizadas e reconhecidas necessárias outras instituições como as Associações de Bairro e os Sindicatos. Devemos reconhecer que esse avanço foi às vezes ajudado pela presença de intelectuais de esquerda.

4. Ampliação do movimento e politização é a fase atual. Como no movimento popular geral coloca-se mais explicitamente o problema do crescimento e do poder, de sua articulação e organização, assim também a nível de CEBs há uma abertura para o político, como lógica consequência da abertura para o social. Nessa fase entra - também mais que anteriormente - a consideração dos partidos.

No último encontro nacional das CEBs (Itaici, 24.04.81) colocaram-se 4 temas: participação na igreja, solidariedade no local de moradia, serviço na política e justiça no mundo do trabalho, sob o tema geral "Igreja, povo oprimido que se organiza para a libertação". Constata-se um avanço na direção mais política.

Podemos reconhecer a contribuição positiva dada pela CEB no processo de libertação do povo. Na medida em que se criam espaços eclesiais onde o povo tem possibilidade de expressar sua voz e decidir subvertendo a tradicional estrutura autoritária da igreja, cria-se também na sociedade mais um germe de mudança das relações entre classes. Na problemática sócio-política, o povo aprende a não suplicar favores nem a resumir-se à ajuda de intermediários numa forma dependente e inconsciente, mas reivindica em nome de valores cristãos. A própria Igreja é forçada a mudar seu papel: de aliada do poder e mediadora entre autoridade e povo, passa a ser aliada das lutas populares.

DESAFIOS ATUAIS

Participando do Movimento Popular, as CEBs encontram os mesmos problemas e dificuldades que desafiam o movimento na conjuntura atual. Evidentemente, tratando-se de uma organização religiosa com seu objetivo próprio que não pretende substituir as outras instituições, as CEBs guardam algumas especificidades. Achamos poder reduzir a três os desafios principais: o problema político, a relação vanguarda massa e a relação entre Movimento Popular e CEB.

1. Crescimento do movimento popular

O movimento popular, tão fragmentado, como vai conseguir a unificação para poder somar as forças e não perdê-las? Noutras palavras, qual o nível de politização do Movimento Popular e seu possível avanço? Entra aqui também a problemática dos partidos.

UNIFICAÇÃO

Para encaminhar o problema da unidade que é força, devemos afirmar que o ponto de partida dos trabalhos está nas lutas concretas: nessa prática o povo se une. Mas essas lutas são **diferentes**, por conteúdo imediato, por regiões, por níveis de consciência e organização. Há certamente uma grande variedade e complexidade. Basta pensar à diferença entre S. Paulo e Salvador, e entre Salvador e as cidades do interior. Querer reduzir tudo a um único movimento para fazer unidade, significa esvaziar as lutas. O relacionamento deve ser pela **convergência**, provocada, em primeiro lugar pela unidade do sistema explorador e do único regime; em segundo lugar, pela troca de experiências nos vários níveis procurando aquelas articulações que possam favorecer o movimento.

A unidade deve ser vista como um processo: heterogêneo nas formas para respeitar as diferenças das lutas, convergente nos conteúdos fundamentais para somar forças. Isso se alcança sobretudo através de uma orientação de acumulação de poder e não de comando do movimento. Sabemos que não faltam os que pretendem se apropriar do processo.

POLITIZAÇÃO

Trata-se de repetir noutras palavras o que foi afirmado anteriormente. Deve ser superada a visão - ainda muito presente - que considera a resistência e certas organizações populares como simplesmente reivindicatórias, não políticas ou pré-políticas, algo a ser "politizado". Essa perspectiva leva a instrumentalizar tais organizações para outro fim. É preciso superar a dicotomia econômico/político, sabendo reconhecer na resistência popular em todos os seus níveis o aspecto político, a base do político.

Uma invasão não significa somente a conquista de uma casa, isto é somente uma reivindicação econômica; além de atingir o Estado nesta luta, representa uma nova experiência de organização, uma nova experiência de vida, uma nova forma de luta, um novo poder. O Movimento Popular não somente reivindica mas leva a questionar continuamente a política da Prefeitura e do Governo, aumentando a desconfiança e o descrédito do Estado. O Gal. Golbery de Couto e Silva reconhece isso quando afirma: "Os verdadeiros agentes no campo político passaram a ser muito mais esses conglomerados do que o próprio partido único de oposição; E nesses conglomerados, pelo prestígio tradicional e proteção que poderiam oferecer, as organizações religiosas e para-religiosas assumiram posição relevante, quase hegemônica".

A mesma política social do governo confirma o potencial do movimento popular urbano ao multiplicar seus projetos sociais (Centros Sociais Urbanos, Prodasec, Promorar, Miniprefeituras...), procurando imitar a metodologia e as palavras desses "conglomerados" não-oficiais, entre outros as

CEBs.

Tais perspectivas são necessárias para pensar corretamente a relação entre Movimento Popular e partidos: esses últimos não podem substituir as organizações de base - de classe e de bairro - nem transformá-las em órgãos de partido. A luta do movimento popular se apresenta como **processo**: é uma experiência de associativismo que leva a descobrir caminhos novos e a aumentar o poder; o partido apresenta-se como **projeto**, com um programa feito, muitas vezes bastante rígido. **O projeto não deve dominar o processo, nele já está implícito**; deve ajudar seu desenvolvimento. Nesse sentido **o partido deve ser avaliado a partir do efetivo serviço que presta ao desenvolvimento do poder do povo**, mesmo que esse serviço não seja "fazer trabalho de base" tipo CEB.

Na conjuntura atual, concretizando o discurso, podemos reconhecer que há uma superestimação do movimento de base e uma desvalorização do nível partidário, particularmente no seio dos movimentos de Igreja; doutro lado não deixa de ser justificada tal desconfiança da base em relação aos partidos de oposição, pois muitas vezes assistimos a intervenções mal orientadas, que enfraquecem ou desviam a organização popular.

Tratando especificamente das CEBs nesse último ano elas entraram mais na dimensão política (partidária). Nalguns lugares grupos de igreja do identificados com partidos, assessores e base exigem uma definição partidária; há simpatia para com o PT que surge alimentado também por trabalhos pastorais, mas não faltam as simpatias para com o PMDB, a depender das regiões. Muitos lastimam a "pressa partidária" e rejeitam identificações com partido, achando que o momento é mais para investir no sindicato e nas associações ou noutras organizações do povo. No último encontro de Itaici, alguns queriam uma definição partidária das CEBs. A discussão levou às conclusões finais: "a ação política boa é aquela que fortalece a organização popular (...) deve-se entrar na ação política partidária e discutir nas CEBs programas e práticas dos partidos (...) a CEB não é nem pode ser núcleo partidário".

Na prática concreta existem conflitos sobretudo onde há divergências partidárias entre agentes de pastoral e entre animadores. Não podem ser resolvidos abstratamente, mas deve-se favorecer o diálogo e a discussão para descobrir o melhor caminho.

Em tese, não só por motivos de especificidade eclesial, mas também por motivo político conjuntural, pensamos que não seja oportuno identificar CEB com partido. A opção partidária, porém, não pode ser deixada unicamente à responsabilidade dos indivíduos: a comunidade toda tem a responsabilidade de avaliar os partidos a nível nacional e - sobretudo - local. Mais que identificar a CEB com partido ou recusar os partidos porque "apressados", devemos pensar em termos de relacionamento, cada um guardando seu nível próprio, com as consequentes tensões.

2. Relação massa-vanguarda

O Movimento Popular sempre foi ajudado por pessoas "externas", ligadas ou não a instituições: agentes intelectuais motivados por ideologias, posições políticas ou inspirações religiosas diferentes, mas desejosos de servir à mesma causa do povo, de oferecer ou formar uma vido mais consequente. A relação entre esses agentes (vanguarda?) e as bases nem sempre é fácil. Por parte das bases há uma certa resistência por aspectos teóricos.

Muitas vezes, porém, trata-se de divergências entre os mesmos agentes que são introjetadas no povo: a recusa da teorização. é mais recusa das idéias desse ou daquele grupo! Por parte dos agentes há uma dificuldade em compreender consciência e organização do povo, avançando demasiadamente (ou freando?), isolados nas linguagens abstratas e politizadas somente nas idéias,

ou em objetivos doutrinários, "bandeiras" mecanicamente assumidas etc.

A vanguarda intelectual poderá servir na medida em que conseguir andar mais pelas bases e entrar mais em sintonia com lideranças que hoje exigem acompanhamento especial. Além disso, reconhecendo a necessidade de recorrer a outras experiências populares e a conceitos que ajudem a compreensão do processo, isso deve ser feito sem dogmatismo e sem pretensão de ser único depositário do modelo teórico, excluindo dessa procura o povo.

A nível de CEBs encontramos as mesmas dificuldades, mais sutis, talvez, porque disfarçadas atrás de uma valorização nem sempre coerente do povo.

Muitas vezes padres e freiras continuam segurando o poder. Talvez, se possa dizer "habitualmente", pois apesar do grande crescimento da base popular e do esforço para redefinir a presença do padre, este é sempre o ponto de referência último também nas CEBs mais avançadas. Isso aparece sobretudo nos momentos chaves de conflito ou de mudança.

Os animadores facilmente repetem o modelo autoritário dos agentes e se constituem como elo transmissor de um controle que mata a iniciativa das bases. Consequência disso, existe a falta de revezamento de lideranças, a nível de agentes e de animadores, impedindo o crescimento do conjunto e fechando a dinâmica do questionamento.

3. Relação entre Movimento Popular e CEB

As CEBs evoluíram a partir da descoberta do Movimento Popular; esse último foi fortalecido a partir da presença das CEBs. Como se dá hoje a relação entre os dois? É um problema muito concreto e atual, pois a conjuntura, abrindo espaço para outras organizações e, em particular, para os partidos, leva a redefinir o papel das CEBs e a revelar ou esclarecer eventuais equívocos inevitáveis.

Há, de um lado, uma exigência política, que a própria teologia do Vaticano II reconhece: a autonomia do Movimento Popular frente à Igreja e, por isso, frente às CEBs. Doutro lado, há um dado teológico: as CEBs, enquanto organismos eclesiais, devem guardar sua identidade dentro do movimento popular mais amplo. Na urgência da luta comum, essa poderia ser considerada uma questão secundária. No contexto, porém, de um efetivo compromisso no processo de libertação, permanece como problema teológico fundamental. A identidade cristã inclui a afirmação - expressa simbolicamente - da dimensão escatológica. Mas há também elementos concretos que não são deriváveis de uma simples racionalidade política e que, apesar disso, são reconhecidos como válidos e necessários para o processo de libertação. Por exemplo, a dimensão da gratuidade, a urgência da conversão pessoal, a exigência do amor para com o inimigo, o compromisso atual com os oprimidos que não possuem grande potencial revolucionário, etc.

Existem algumas interpretações erradas deste relacionamento. Uns consideram as CEBs só como espaço "supletivo", importante porque na conjuntura atual - isso era mais afirmado no período de maior repressão - não há outros espaços disponíveis; outros consideram as CEBs como simples passo em direção ao político ou ao "verdadeiro" político. As duas interpretações - que têm certa validade - quando absolutizadas instrumentalizam a Igreja, eliminando seu caráter específico que a leva para uma presença contínua - além das conjunturas - na defesa dos direitos universais dos homens.

Outro equívoco é querer transformar as CEBs num movimento popular paralelo, correndo o risco de construir uma nova cristandade em decorrência de uma excludência. Em tese, ninguém quer um

movimento paralelo. Na prática isso se dá, mesmo inconscientemente, na medida em que as CEBs ficam fechadas sobre si, entram sozinhas na problemática de bairro ou de partido, excluem a colaboração com outros e procuram guardar a direção do movimento. Há o risco de que as CEBs se tornem sementes de uma nova cristandade, do momento em que as atividades sociais se apresentem como iniciativas dos cristãos das CEBs enquanto cristãos e não enquanto participantes de uma problemática social comum a muitos (cristãos e não cristãos) a ser esclarecida e superada também em comum.

Uma última consideração sobre a questão das "infiltrações". Recentemente houve pronunciamentos até de alguns bispos contra infiltrações nas CEBs. De que se trata? O que é infiltração?

Se não devemos concordar com determinadas atitudes de instrumentalização das CEBs para outras finalidades, devemos também, e sobretudo, reconhecer o valor positivo de uma colaboração que ajudou as CEBs a abrir-se para uma visão mais política e, ao mesmo tempo, mais evangélica. É do seio dessas CEBs que nasce frequentemente a descoberta do jogo de poder pecaminoso e a conversão com sua exigência de meios políticos mais concretos, também partidários. Denunciar genericamente a infiltração, poderia significar um fechamento e um recuo, um medo e uma falta de liberdade. Mais ainda, pode levar a purificar os próprios quadros com processos sumários e pouco objetivos.

CONCLUSÃO

Na conjuntura atual, depois de um grande florescimento e expansão das CEBs, parece haver situações de confusão, medo de concorrência, tentativas de recuo em vários lugares. Tal situação é própria da conjuntura pela qual passa o próprio Movimento Popular. No caso das CEBs pode haver o desnorreamento daquele que estava acostumado a ser dono. da área, quando agora encontra muitos outros atores.

A história recente mostrou a fecundidade da dialética entre o Conjunto do Movimento Popular e as CEBs. Tal tensão fecunda deve continuar e os impasses devem ser superados não através do fechamento e corte dos contatos, mas enfrentando os desafios desse relacionamento, tendo como ponto de referência fundamental o interesse do povo.

São Paulo cita o Antigo Testamento: "Eis que ponho na cidade de Sion uma pedra de escândalo, um rochedo que faz cair; quem nele crer, não será confundido" (Rm, 9,33). Sabemos que se referia a Jesus Cristo, mas sabemos também que Jesus quer ser reconhecido nos oprimidos. Por isso é legítima a interpretação que vê no povo oprimido a pedra de escândalo e o caminho da libertação. É necessário concluir que somente a fé no povo da periferia, posto na cidade como pedra de escândalo, pode ser referencial na confusão e iluminar a caminhada de libertação.